

# A QUESTÃO DO PATRIMÔNIO: ARQUITETURA, MEMÓRIA E GESTÃO DA CIDADE

*Rodrigo Meniconi\**

## APRESENTAÇÃO

Recentemente incluída no capítulo dos cursos de Arquitetura e Urbanismo, a disciplina "Técnicas Retrospectivas" já é ministrada na Arquitetura da PUC desde 1995.

Com o nome "Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios Históricos" teve seu formato e conteúdo definidos por Jorge Askar em um curso do Prepes.

Versando sobre os diversos aspectos da conservação e restauração da arquitetura e das cidades, a matéria está estruturada nos seguintes blocos: Teoria e História da Restauração; Metodologia e Procedimentos de Projeto e de Obra; Comportamento dos Materiais Tradicionais e Modernos; Intervenções de Consolidação, Restauração e Reabilitação.

Através de aulas expositivas do estudo de casos e do desenvolvimento de trabalhos práticos de análise, diagnóstico e proposição de intervenções, os alunos incorporam os conhecimentos e os instrumentos operativos básicos para atuar em edifícios e sítios históricos, imprescindíveis, hoje, para o exercício profissional.

Ao cabo dessas atividades são realizadas visitas a obras, edificações e conjuntos restaurados e revitalizados, possibilitando o contato com a

---

\* Arquiteto, mestrando em Arquitetura – UFMG, especialização em Restauração pela Universidade de Roma. Professor Assistente do Curso de Arquitetura e Urbanismo – PUC Minas.

complexidade e diversidade das situações concretas. Nessas viagens, cujo destino habitual tem sido a cidade do Rio de Janeiro, os alunos vivenciam os fundamentos e propósitos da disciplina.

Com maior ênfase são abordadas as questões conceituais e as especificidades operativas, que qualificam as intervenções de conservação e restauração, definindo suas modalidades e características.

Com esse intuito, apresento a comunicação do XXIX Simpósio Nacional de História, realizado em julho de 1997 em Belo Horizonte, que percorre, sucintamente, as etapas essenciais do desenvolvimento da matéria no plano nacional.

## INTRODUÇÃO

A revisão do Movimento Moderno e o posterior advento do Pós-Modernismo resultaram na maior conscientização da sociedade e em medidas destinadas a promover, efetivamente, a conservação ambiental e do patrimônio edificado. Tudo leva a crer que as ações de musealização, de conservação e de “reciclagem” – seja de objetos, de arquitetura, de conjuntos urbanos e do próprio território – deverão assumir um papel hegemônico na cultura contemporânea.

Estas orientações, que sob o ponto de vista de muitos autores, representam para o Patrimônio uma ameaça tão grande, ou maior, que o confronto com os ideais progressistas e modernizantes até então vigentes, vêm suscitando, no campo específico da arquitetura e da restauração, uma série de indagações:

Até que ponto as ações de restauração e do projeto de arquitetura são distintas? Quais os seus limites teóricos e práticos?

Que bases conceituais e metodológicas devem ser adotadas em cada uma delas?

O que, exatamente, querem dizer os termos revitalização, reciclagem, reutilização, readaptação, entre outros?

A redefinição destes termos, a delimitação dos campos de atuação de cada uma das operações e as suas várias modalidades tornam necessária e oportuna a reflexão sobre o argumento, de modo a fornecer o necessário suporte teórico-crítico para as intervenções levadas a efeito em edifícios e ambientes preexistentes.

Ao contrário de outras artes figurativas, a arquitetura está continuamente se refazendo. Raríssimos são os exemplos de edifícios e sítios fiéis a um autor ou a uma época; em sua grande maioria, eles são fruto de sucessivas sobreposições, transformações, acréscimos e reformulações.

Não passa pela cabeça de ninguém repintar um quadro de Picasso ou de Leonardo, nem tampouco refazer uma escultura de Aleijadinho. Mas o que dizer da arquitetura e das cidades, onde a persistência das formas e das estruturas, com suas conseqüentes reapropriações e refuções, sempre constituíram a norma?

E isto, pela simples razão de que as cidades e os edifícios constituem o suporte da vida das pessoas, coisa em contínua transformação desde alguns milhares de anos. Dos primeiros abrigos até hoje, o homem vem construindo na mesma superfície e, com certeza, em solo já edificado antes.

Assim o arquiteto, na maioria das vezes, é chamado a atuar em edifícios ou lugares já existentes e formalmente definidos, e poderá adotar uma postura mais ou menos respeitosa em face a esta realidade, desde a sua escrupulosa manutenção até a sua destruição ou remodelação integral.

Portanto, como veremos, as "reciclagens" não constituem novidade, sendo o que se assiste ao longo da história da arquitetura e do urbanismo. Nova é a consciência crítica que deve orientar as intervenções sobre o construído, entendendo-as agora como uma nova fase de sua transformação no tempo.

## ANTECEDENTES

Na Antiguidade Clássica importava mais a preservação do lugar. O edifício em si podia ser renovado, desde que o local sagrado fosse preservado. Assim foi com a Acrópole de Atenas, reconstruída sobre as ruínas dos antigos templos destruídos pelos persas, como foi também com muitos templos gregos e romanos refeitos e “modernizados” ao longo dos tempos.

Em outros casos, os próprios edifícios são sagrados ou possuem um valor representativo tão potente que sobrevivem e perpetuam mensagens e significados, que por sua vez serão também renovados. A essa categoria especial de edificações é confiada a missão de testemunhar os feitos de civilizações e culturas do passado.

Na antiga Roma recebiam o nome de *Monumentum*, termo inicialmente usado para designar construções de caráter celebrativo, destinadas a evocar a memória de eventos ou personagens notáveis, servindo para transmitir às futuras gerações as glórias do presente. Aos monumentos erigidos intencionalmente com essa finalidade vão se agregar outros edifícios que, por diversas razões, adquiriram o mesmo *status*.

Por constituírem o Patrimônio e serem os protagonistas da História da Arquitetura, essas edificações vão ser o centro das atenções das disciplinas de Conservação e Restauração.

No início do século XIX, a renovação cultural operada pelo Iluminismo e pela Revolução Francesa vai determinar uma visão idealizada do “Monumento Histórico” e suscitar as conseqüentes ações de tutela e conservação, provocando o distanciamento crítico com relação à produção urbano-arquitetônica do passado.

Até então, esse distanciamento não existia; a arquitetura e as cidades eram construídas segundo o princípio da *concinitas*, estabelecido no Renascimento, que consistia em transportar para o próprio mundo objetos do passado, demolindo ou conservando conforme fosse conveniente.

Assim, a antiga basílica Constantiniana de São Pedro é demolida e em seu lugar construída a nova Sé do Vaticano, com pedras retiradas do Coliseu. Além das demolições, modificavam-se os usos ou as formas dos edifícios. Os exemplos são inúmeros e, como não são o objetivo desta exposição, deles não vamos tratar aqui.

Interessam-nos as novas relações com o passado e o surgimento do conceito moderno de restauração, que ocorre a partir do entendimento de que certas obras de arquitetura não são “abertas”, mas representam uma síntese de valores artísticos e históricos.

## SÉCULO XIX: A DEFINIÇÃO DA DOCTRINA

Na Itália, no início do século XIX, numa Europa já totalmente neoclássica, são levadas a efeito muitas intervenções de restauração em estruturas romanas recuperadas e “libertadas” após escavações arqueológicas: Paestum, Herculano, Pompéia, Villa Adriana, Agrigento e, claro, os antigos *fori* romanos e imperiais.

Embora conduzidas empiricamente, essas intervenções alcançaram resultados até hoje válidos e atuais. Os arquitetos responsáveis, com sua rigorosa formação acadêmica, conheciam profundamente a sintaxe e a gramática da arquitetura da Antiguidade e vão atuar com um respeito quase religioso, limitando-se a reintegrar e consolidar as velhas edificações, por meio de *anastiloses* e, quando da necessidade da inserção de elementos novos, adotando materiais e acabamentos diferentes dos originais, de modo a não mimetizar a operação.

Como exemplos, podemos citar a consolidação do Coliseu, realizada com um grande paredão de tijolos cerâmicos e a reconstituição do Arco de Tito, em que os elementos autênticos, de mármore, convivem com novos, executados em travertino e com ornatos simplificados.

Contudo, esse comportamento escrupuloso não se transferiu às construções de outros períodos históricos. Na mesma época é construída mimeticamente a fachada da catedral de Milão e totalmente refeita a Basílica de São Paulo Fora-das-Muralhas, incendiada em 1823.

Será na França, no final do século XVIII, que verdadeiramente nascerão os conceitos e as instituições de tutela do patrimônio. Em 1792, começam a ser inventariados os monumentos. Em 1794 a Convenção Nacional edita uma série de atos destinados a conter o vandalismo que se seguiu à revolução. O povo havia identificado nos palácios e nos castelos o testemunho da tirania do "Ancient Régime" e nas igrejas e conventos o testemunho de uma religião que devia ser suprimida e substituída pelo culto da Deusa Razão.

A Convenção estabelece sanções contra os responsáveis pelas demolições, começa a inventariar os seus monumentos, determina sua conservação integral e fixa alguns princípios: os monumentos possuem uma função libertária, deve ser garantida a riqueza histórica do país, a conservação dos símbolos não ameaça a liberdade, a arte possui um papel social relevante.

Ao abarcar também a produção românica e gótica, a conservação de monumentos vai deparar-se com a total ausência de informações sistematizadas e com o despreparo, e muitas vezes com o desprezo, dos arquitetos. Ao contrário do que acontecia com os vestígios da arquitetura greco-romana, onde as operações eram respaldadas pela compatibilidade entre o caráter dos monumentos e a sua formação neoclássica, no caso das edificações medievais as intervenções muitas vezes serão deturpadoras e destrutivas. A assimetria, a organicidade e a irregularidade das obras eram reinterpretadas de acordo com os princípios da arquitetura clássica, resultando em demolições e reconstruções arbitrárias.

Aos poucos, à cultura neoclássica dominante contrapõem-se os primeiros estudiosos da Idade Média, entre os quais Vitor Hugo, que, em 1831, publica sobre a Notre Dame de Paris. Um desses estudiosos, Mérimée, vai ocupar o cargo de Inspetor Geral dos Monumentos, vinculado à Comissão dos Monumentos Históricos criada em 1837.

Repropondo a Comissão revolucionária, esse organismo vai finalmente criar uma estrutura operativa, estabelecer formas de financiamento das restaurações e fixar seus critérios operativos e metodológicos.

Nesse contexto, surge a figura de Viollet-le-Duc (1814-1879), arquiteto,

restaurador e teórico. De formação autodidata (recusa-se a cursar a academia), através de uma série de viagens de estudos pela França vai conhecer a fundo a arquitetura medieval. Em 1840 responde pela restauração da Madeleine de Vézelay e em 1844, com Lassus, a de Notre Dame de Paris. A partir de então, e até sua morte, será responsável por inúmeras obras na França e em outros países da Europa, tendo publicado também, entre 1854 e 1868, o Dicionário da Arquitetura Francesa dos séculos XI ao XVI.

Ali define a doutrina da restauração estilística, consolidando a experiência direta nos canteiros e as normas adotadas no âmbito da Comissão. O objetivo das intervenções é recuperar a unidade de estilo do monumento, reconduzindo-o à sua integridade construtiva e morfológica.

Para tanto, deveriam ser utilizados materiais idênticos aos originais, e no caso da necessidade de acrescentar partes novas ou efetuar reintegrações, “mesmo que não tivessem jamais existido, devemos nos colocar no lugar do arquiteto primitivo e supor que coisa ele faria se tornasse ao mundo e tivesse diante de si o mesmo problema”.

Essa postura vai ser responsável pela reconstrução completa de muitos edifícios em ruínas e pela “correção” de partes autênticas de diversos monumentos, substituindo ou acrescentando elementos julgados mais coerentes com o seu estilo.

Conceito derivado das ciências naturais, com matrizes positivistas, o *estilo* era entendido como um conjunto de regras objetivas, um código pertencente a determinada época e local, classificados e ordenados filologicamente, enfim, um modelo ideal e abstrato. Restaurar equivalia a reconstituir a unidade figurativa original, de maneira rigorosa e científica, com o sacrifício da substância autêntica.

Contra essa posição muitas vozes se levantam, sendo a mais enfática a de John Ruskin, crítico de arte que em 1849 publica na Inglaterra *As sete lâmpadas da arquitetura*. Na lâmpada da memória e na lâmpada da verdade ele exprime seu julgamento a respeito das restaurações em curso:

*Significa a destruição mais completa que pode sofrer um edifício, destruição da qual não se poderá salvar a menor parte, destruição acompanhada por uma falsa descrição do edifício destruído... É impossível, assim como ressuscitar os mortos, a restauração daquilo que foi grande ou belo em arquitetura.*

Muito embora a postura de Ruskin reflita os componentes da cultura inglesa de seu tempo – o romantismo, a poesia gótica, o pitoresco, o gosto das ruínas, a extensão da estética à natureza, a exigência de uma arquitetura com valores morais (Pugin, 1836), a prevalência do passado entre outras –, grande parte de suas conclusões e intuições são perfeitamente aplicáveis hoje. No fundo, ele luta pela permanência de uma cultura íntegra e orgânica contra a dissolução provocada pela Revolução Industrial.

Assim, no caso dos monumentos, exige uma autenticidade absoluta, entendendo que os materiais que os formam estão impregnados pelo espírito de quem os construiu. Não nos pertencem. Admite apenas a sua cuidadosa manutenção e, quando em ruínas, nada nos resta a fazer senão contemplar seu ocaso, que no seu entender constitui o momento de esplendor da sua forma, uma vez que esta se confunde com a natureza, e nela se dilui.

Enquanto Viollet-le-Duc busca renovar a integridade física dos edifícios, até por razões práticas e operativas, Ruskin exige a autenticidade dos mesmos, o seu valor como documento, o efeito do tempo, a sua aura.

William Morris, conforme uma visão antropológica e socialista, leva adiante o discurso de Ruskin, estendendo o conceito de monumento do edifício isolado aos conjuntos ambientais e às construções humildes; para ele a arquitetura é constituída pelo conjunto das “transformações aportadas pelo homem na superfície terrestre, tendo em vista a satisfação de suas necessidades” (1881).

Insurge-se contra a instrumentalização da História e a degradação da qualidade de vida. O testemunho antigo não deve ser descartado e muito menos “restaurado”, pelo contrário deve ser salvaguardado. Se as intervenções são imprescindíveis, devem ser estabelecidas com base em

uma confrontação leal entre o antigo e o novo, no terreno da autenticidade.

Próximo ao final do século XIX, as ações de restauração vão divergir quanto ao conceito de autenticidade. Na visão estilística os valores estavam na identidade de forma e proporções, devendo a matéria ser restaurada enquanto aspecto e estrutura. Para Ruskin, a autenticidade seria extensiva à matéria original, permanecendo válida apenas a sua conservação.

Com o objetivo de conciliar as demandas de cada uma dessas correntes, Camillo Boito, arquiteto e professor em Milão, publica em 1893 o livro *Questione pratiche di belle arti*, em que formula um método de restauração que não aceita a renúncia fatalística de Ruskin nem a negação da história do método de Viollet-le-Duc.

Enfatizando a necessidade de medidas conservativas e de manutenção, propõe que as eventuais intervenções sejam distintas e notórias. Para tanto, elenca uma série de medidas a serem adotadas nas obras: diferenciação de estilo e materiais; supressão de molduras e ornamentos; exposição, junto ao monumento, das partes removidas; descrição e documentação (até fotográfica) das várias fases do trabalho; incisões datando os materiais novos empregados; divulgação.

Essas intervenções, a serem limitadas ao mínimo, deveriam ser embasadas em dados objetivos, documentados. Esse critério, denominado histórico, nada mais é que o critério analógico, estilístico revisitado, isto é, continua sendo lícito refazer, não mais os elementos que possam ter existido, mas aqueles que seguramente houvessem existido.

Afirma, por outro lado, o valor documental de todas as fases construtivas do monumento, testemunhas da sua evolução e sobreposição ao longo da história. Adverte também que não se deve destruir a poesia, a singularidade, a cor, a pátina do tempo e até as "circunstâncias pitorescas ou o estado arruinado em que se encontra".

A compreensão da complexidade das intervenções, a síntese entre postulados antagônicos e considerados até então irreconciliáveis (arte x

história) vão fazer com que Boito, segundo F. Choay, estabeleça os fundamentos críticos da restauração enquanto disciplina.

## A RESTAURAÇÃO DAS CIDADES

No século XX, a questão conceitual e institucional do patrimônio e da conservação desloca-se sucessivamente do monumento ao seu ambiente, do entorno ao centro histórico e deste ao território.

Gustavo Giovannoni (1873-1943) vai consolidar uma doutrina que contempla tanto o valor "museográfico" quanto o valor de uso dos monumentos e dos conjuntos urbanos, que ele denomina patrimônio urbano.

Para Giovannoni a questão da conservação das velhas cidades, ou conjuntos, "que mesmo não possuindo particulares elementos artísticos, assumem, como solução urbanística, valores históricos e artísticos" deve ser tratada em sede de planejamento urbano, e não isoladamente, por meio de intervenções de "diradamento": os velhos conjuntos seriam revitalizados tecnologicamente e inseridos na cidade moderna. Não por meio de um planejamento global, mas através de projetos dedutivos, de dentro para fora, e na escala de cada quadra.

Nas intervenções não seriam permitidos acréscimo de área, volume, tratamentos ou usos incompatíveis. Na verdade, deveriam acontecer mais demolições do que acréscimos, uma vez que as estruturas antigas possuíam uma lógica construtiva e funcional que fora deturpada por intervenções aleatórias. Para cada edifício deveriam ser adotados os princípios da restauração arquitetônica estabelecidos por Boito e detalhados por Giovannoni.

Essas propostas, que vão ser reunidas no livro *Vecchie città ed edilizie nuova*, publicado em 1931, irão ser incorporadas, em parte, pela Conferência de Atenas, primeira das conferências internacionais sobre o tema, realizada no mesmo ano, e orientar a recuperação da parte alta da cidade de Bérgamo, no norte da Itália.

No entanto, vão repercutir pouco, fora do ambiente da restauração. Tanto é assim que a Itália fascista vai, pelo contrário, continuar arrasando a cidade medieval que brotara sobre as ruínas romanas. Da mesma

forma que a arquitetura e o urbanismo moderno, propostos por Le Corbusier na carta de Atenas de 1933, encontrarão maior ressonância junto aos responsáveis pelas cidades. O discurso de Giovannoni, voz clamante no deserto, só será retomado nas décadas de 60 e 70.

Se na antiga cidade a forma era compartilhada por seus habitantes, produzida "espontaneamente" através de uma imagem consensual, onde os espaços públicos e os edifícios estabeleciam as referências e eram feitos para durar indefinidamente, na cidade moderna o projeto era fruto de uma elaboração científica, racional e funcionalista, reduzindo-a a um modelo ideal, abstrato e a-histórico. Como a cidade antiga não correspondia aos pressupostos do racionalismo, deveria ser eliminada, conservando-se desta apenas as edificações notáveis, ou seja, os monumentos isolados.

A Segunda Grande Guerra, ou melhor, a destruição por ela provocada, vai recolocar a questão da conservação das cidades de modo dramático e urgente: a extensão e a escala das intervenções necessárias exigem a revisão dos conceitos e dos procedimentos operativos, fazendo com que a disciplina, nos limites estreitos da Carta de Atenas de 1931, entrasse em colapso.

Na prática, vai prevalecer a construção de novas edificações e conjuntos, com a remoção integral dos vestígios remanescentes. Em alguns casos, as cidades são reconstruídas integralmente, recuperando suas formas a partir de documentos, como ocorreu em Varsóvia. Somente quando os danos eram pequenos adotavam-se os princípios de restauração.

Algumas soluções vão inaugurar um caminho alternativo: as partes sobreviventes dos antigos edifícios são refundidas em uma nova unidade, que não é nem a unidade original, nem uma unidade moderna, sobreposta à antiga.

Consolidada na Teoria Crítica, nesta abordagem, formulada em torno de 1960, por Roberto Pane e Renato Bonelli e complementada por Philippot, o objetivo da restauração é reconstruir a unidade potencial do monumento, privilegiando seus valores artísticos, por serem estes os responsáveis por sua importância e significado.

A restauração é um ato crítico, interpretativo, que se expressa diretamente no corpo da obra criticada e usa os mesmos recursos figurativos. Restaurar é reintegrar o valor expressivo da imagem, eliminando tudo aquilo que deturpa e dificulta a leitura de seus valores. Quando a leitura dessa imagem está truncada, ela deve ser completada, com um ato *criativo*, que estabeleça uma nova unidade, resultado de um diálogo entre o velho e o novo.

Essa visão supera o filologismo de Boito e Giovannoni e abole as distinções e categorizações anteriores. A relevância de cada objeto – considerando agora todo o construído e o ambiente natural – é definida caso a caso, a partir da crítica sobre cada um.

Como ato crítico e criativo, a restauração é, a um só tempo, história e projeto da arquitetura e assume os princípios e métodos destas disciplinas. A crítica identifica a unidade potencial que a criação deve complementar. A qualificação e o dimensionamento das operações são definidos pelo próprio objeto, isto é: quanto mais íntegro o valor expressivo da imagem existente, mais limitada será a intervenção nova.

Transpostos à cidade, esses critérios devem ser ampliados de modo a contemplar as diversas questões urbanas. No dizer de Bonelli, a cidade é “vida traduzida em forma e forma repleta de vida”, e, portanto, além das questões formais, estruturais e funcionais, as ações devem cuidar da reforma das condições de existência das pessoas.

O projeto de restauração das cidades, executado com os instrumentos do planejamento urbano e regional e com os da história, deve identificar e recuperar seus motivos dominantes e salientes, substituindo a política de limitações e a passividade das ações de tutela por um ativo programa de intervenções.

No ano de 1975, o Conselho da Europa realiza um congresso consolidando as experiências de recuperação urbanística levadas a efeito no continente. No ano seguinte, esse tema assume dimensão internacional na Conferência de Nairobi, realizada pela Unesco, onde são produzidas recomendações relativas à salvaguarda dos conjuntos históricos e tradicionais e seu papel na vida contemporânea, que, além de reafir-

marem os valores desses conjuntos, advertem quanto aos riscos de banalização e normatização provocados pela cultura de massas e pelos processos de globalização.

Essas advertências vêm somar-se às críticas do Movimento Moderno e às considerações dos conservadores ambientais. No campo específico da arquitetura e do urbanismo, ao lado da constatação da falência dos próprios objetivos modernistas, a crítica se estendeu a aspectos não contemplados pelo racionalismo.

Essas posturas reivindicam o retorno aos valores subjetivos, investem contra o zoneamento propondo a convivência de usos e funções diferenciadas, resgatando a diversidade e peculiaridade dos lugares como estratégia de diferenciação cultural destinada a combater a impessoalidade, homogeneização e frieza “machiniste”. Contra a cidade totalizante e arbitrária, criada aprioristicamente, a cidade construída a partir de suas várias realidades: polifônica, fragmentada, plural.

E, com surpresa, constataram que essa cidade já existia, de fato, concreta, viva: nas cidades antigas ou nas partes antigas das cidades que, por várias razões, ficaram à margem do desenvolvimento, ou resistiram ao confronto com a renovação. A partir daí, a conservação do patrimônio e o planejamento vão se reunificar, retornando-se, de certa maneira, à lógica de formação e crescimento da cidade pré-industrial.

Ao invés de criar o “novo”, à custa da destruição do preexistente, por que não reciclar, funcional e esteticamente, reatualizando seus símbolos e sua aura? Olhando de perto, muitas dessas operações de reciclagens, revitalizações e re-arquitetura se assemelham às transformações efetuadas pelos arquitetos renascentistas: não seriam novas expressões da *concinitas*, ou seja, tratar livremente as estruturas preexistentes incorporando ou descartando os elementos julgados convenientes?

No outro oposto, a sacralização dos objetos, as exigências de autenticidade absoluta revelam um certo fetichismo pela matéria e representam reverberações da postura ruskiniana, que aplicada ao caso das cidades – idealizadas numa cidade feliz outrora existente – remetem a um romantismo carregado de moralismo, semelhante ao de Pugin.

A questão da conservação das cidades, objeto de tantas cartas, teorias e congressos, passa necessariamente pela questão da gestão das cidades. Do ponto de vista teórico, metodológico e até mesmo prático, é um assunto, como vimos, por demais discutido, já tendo sido estabelecido, em suas linhas gerais, por Giovannoni, Bonelli, Benevolo, Argan, entre outros. A grande questão, sobretudo na América Latina, seria como operacionalizar esse programa, envolvendo as instituições, a comunidade, os profissionais e os técnicos, dotando-os, ao mesmo tempo, de todos os recursos necessários à conservação integrada.

Para nós, os estudiosos da cidade, nas indicações de Argan, encontramos uma nova tarefa que "não é criar uma cidade, mas formar um conjunto de pessoas que tenham o sentimento da cidade. E a esse sentimento confuso, fragmentado em milhares e milhões de indivíduos, dar uma forma em que cada qual possa reconhecer a si mesmo e à sua experiência da vida associada".

### **Referências bibliográficas**

- ARGAN, G. C. *História da arte e da história das cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- BENEVOLO, L. *A cidade e o arquiteto*. São Paulo: Perspectiva, 1991.
- BOITO, C. *Questione pratiche di belle arti*. Milano: Hoepli, 1893.
- BONELLI, R. *Verbete restauro*. In: *ENCICLOPEDIA Universale dell'Arte*. Firenze: Sansoni, 1963.
- CAMPOFIORITO, Ítalo. *Enquete tendenciosa*. *Revista Patrimônio*, Rio de Janeiro, n. 23, 1994.
- CERVELLATI, P. L. *La città bella; il recupero dell'ambiente urbano*. Bologna: Il Mulino, 1991.
- CESCHI, C. *Teoria e storia del restauro*. Bologna: Il Mulino, 1991.
- CHOAY, F. *L'allégorie du patrimoine*. Paris: Le Seuil, 1992.
- GIOVANNONI, G. *Vecchie città*. Torino: Edilizia Nuova, 1931.
- GURRIERI, F. *Da restauro dei monumenti al restauro del territorio*. Firenze: Sansoni, 1983.
- RUSKIN, J. *The seven lamps of architecture*. London: G. Allen, 1901.
- VIOLLET-LE-DUC, E. *L'architettura ragionata*. Milano: Jaca Book, 1982.